



Assembleia Municipal de Lagoa – Açores

ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE LAGOA – AÇORES, DE 29 DE SETEMBRO DE 2008

ACTA Nº 04/2008

Aos vinte e nove dias do mês de Setembro do ano de dois mil e oito, pelas vinte horas e trinta minutos, reuniu, em sessão ordinária, a Assembleia Municipal do Concelho de Lagoa - Açores, no Auditório dos Paços do Concelho, sob a Presidência do Senhor João Manuel Moniz de Sousa, do Primeiro - Secretário Albertina Maria da Costa Oliveira e Anabela da Silva Calisto em substituição do Segundo - Secretário Nuno Filipe Medeiros Martins.

A sessão iniciou-se com a apresentação pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de boas noites a todos os Membros da Assembleia, ao Senhor Presidente da Câmara e Vereação, tendo procedido de seguida à verificação da presença dos seguintes membros: João Manuel Moniz de Sousa; Leonel Rosa da Silveira; Gilberto Gouveia Branquinho; Paulo Jorge Soares Amaral Borges; Hélder Carlos Pimentel Medeiros; Eduíno Manuel da Ponte Rego; Maria do Rosário Andrea Mirante Afonso; Maria Manuela de Oliveira Marques Bandeiras Furtado Correia; Manuel Francisco Esteireiro Carreiro; Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos; André Carvalho Almeida; Paulo Jorge Cimbron Varão; Rui Alberto Cabral Borges; António Manuel Medeiros Varão; Rodolfo Martins Marques da Silva; Norberto Carlos Cordeiro da Ponte; Roberto Manuel Pereira de Sousa; António Augusto da Ponte Borges; Durval Carlos Simas Faria; Anabela da Silva Calisto e Albertina Maria da Costa Oliveira.

Não compareceram à sessão os membros: Olga Maria Rodrigues Borges Soares; Maria do Carmo Carreiro Matos Lima; Luís Manuel Barbosa Cabral; Nuno Filipe Medeiros Martins e Luís Miguel Cabral Rego Pires.

Em representação do executivo Camarário tomou parte na sessão o Presidente João António Ferreira Ponte que se fez acompanhar dos Vereadores: Roberto Manuel Lima Medeiros; Mariana da Purificação Vieira Rodrigues Viveiros; Fernando Jorge

Ventura Moniz; José Duarte Barbosa Cabecinha e Jorge Alberto Barbosa de Almeida.

Participaram ainda na sessão, no período de intervenção aberto ao público, os Senhores José Fernando Carneiro Sousa e Rui Câmara Vieira.

O Senhor Presidente da Assembleia solicitou que, atendendo que foi enviada cópia da acta aos membros representativos dos dois Partidos neste Órgão deliberativo, fosse dispensada a leitura da acta, o que foi aceite por unanimidade.

De seguida o Senhor Presidente da Assembleia colocou à aprovação de todos os membros a acta da terceira sessão ordinária, do dia 20 de Junho de 2008.

A acta foi aprovada, por unanimidade, pelos vinte membros presentes no plenário, tendo chegado posteriormente o membro Rui Ramos.

Procedeu depois, o Senhor Presidente da Assembleia, à exposição da correspondência recebida no período de 21 de Junho de 2008 a 29 de Setembro de 2008 que se encontrou à disposição para consulta.

Pelos membros: Maria do Carmo Carreiro Matos Lima e António Manuel Medeiros Varão foram recebidas comunicações, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 20 de Junho de 2008.

Pelo membro Olga Maria Rodrigues Borges Soares foi recebida comunicação, solicitando justificação da falta à sessão ordinária de 29 de Setembro de 2008.

A Mesa considerou justificada as faltas.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:

ATRIBUIÇÃO DE UM VOTO DE LOUVOR AO SENHOR BRUNO JOSÉ REBELO MEDEIROS:

Pela membro Anabela da Silva Calisto, Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco foi presente a proposta que abaixo se transcreve e que se anexa à presente acta:

"Venho propor à Assembleia Municipal de Lagoa, a atribuição de um Voto de Louvor a Bruno José Rebelo Medeiros, pela medalha de ouro alcançada no Campeonato Europeu das Profissões (Eurosills) que decorreu em Amesterdão, na Holanda.

Bruno Medeiros foi considerado o melhor profissional da Europa, na área da carpintaria, durante a realização das provas que decorreram entre 18 e 20 de Setembro e às quais concorreram cerca de 434 participantes.

Este jovem lagoense, residente na freguesia do Cabouco, já havia dado provas das suas capacidades técnicas quando em 2005 se consagrou Campeão Regional e Nacional das Profissões, representando Portugal no Campeonato Mundial das Profissões (Wird Skills) que decorreu em Helsínquia, na Finlândia.

Por este mérito, Bruno Medeiros será recebido no dia 2 de Outubro pelo Presidente da França e Presidente da União Europeia em exercício, Nicholas Sarkozy, que reúne em Paris com os melhores profissionais da Europa. Também foi considerado pela Comissão Europeia o melhor de Portugal (the Best of the Nation) e por via disso recebeu um convite do Comissário Europeu Ian Figel para participar na reunião do Conselho de Ministros Europeus da Educação que decorrerá em final de Novembro em Bordéus.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, aprovar com aclamação um Voto de Louvor ao Senhor Bruno José Rebelo Medeiros.

LOTEAMENTO DA LONGUEIRA:

O membro António Augusto Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, em nome da sua freguesia, congratulou o Senhor Presidente da Câmara e a Câmara Municipal de Lagoa pela conclusão do Loteamento da Longueira naquela freguesia e pela forma como foram atribuídas as habitações sociais, atendendo os casos mais prioritários.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

SOCIEDADE FILARMÓNICA ESTRELA D’ ALVA:

Deu conhecimento à Assembleia Municipal o membro António Augusto Borges, Presidente da Junta de Freguesia de Santa Cruz, que esteve com a Sociedade Filarmónica Estrela D’ Alva, entre os dias 26 de Agosto e 2 de Setembro, na Vila de Montemor Velho, a convite da Academia Musical Arazedense, para a realização de um intercâmbio. Manifestou uma palavra de apreço à Câmara Municipal de Montemor Velho pela forma como os recebeu e por tudo o que lhes proporcionou.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que esteve em Montemor Velho a convite da Sociedade Filarmónica Estrela D'Alva e testemunhou a forma positiva como foram recebidos.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

ESTRADA REGIONAL DA VILA DE ÁGUA DE PAU:

O membro Hélder Medeiros referiu que as árvores (plátanos), existentes na Estrada Regional da Vila de Água de Pau, necessitam de ser podadas. Alertou que esta altura do ano seria a ideal, de forma a se poder evitar a queda de árvores aquando das chuvas.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que aquando da queda de árvores na Estrada Regional, no troço compreendido entre a Vila da Lagoa e Água de Pau, em resultado do temporal que ocorreu no inverno passado, foi solicitada através de ofício a poda das árvores à Direcção Regional de Obras Públicas e Transportes Terrestres, a qual tem a referida estrada concessionada à Euroscut, a qual declinou a proposta de poda dos plátanos. A Câmara irá, novamente, solicitar a intervenção nas árvores de forma a salvaguardar a segurança de pessoas e bens.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

VOTO DE REPÚDIO:

O membro Paulo Jorge Borges questionou se houve alguma resposta do Delegado de Saúde do Concelho de Lagoa ao Voto de Repúdio apresentado na última sessão da Assembleia Municipal.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal informou que a Assembleia Municipal não recebeu nenhuma comunicação sobre o assunto.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

REALOJAMENTO:

O membro Paulo Jorge Borges congratulou o Senhor Presidente da Câmara pelas declarações com a posição que tomou, aquando da Cerimónia de Realojamento no Loteamento da Longueira, em Santa Cruz, relativamente a uma família que não aceitou a atribuição de uma moradia de tipologia T2 e exigiu outra de tipologia T3. Questionou se aquela família será contemplada num próximo realojamento.

Mais referiu que lhe desagradou bastante tomar conhecimento dumas declarações, sobre o facto que as Câmaras Municipais bem comportadas e cooperantes com o Governo Regional deveriam ser premiadas. Manifestou o seu desagrado por estas declarações por parte do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Lagoa e questionou se são verdadeiras.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a família que recusou o realojamento de habitação Social na Longueira vai ter que assumir as suas responsabilidades e não será abrangida num próximo programa de realojamento.

Mais informou que as declarações que proferiu foram feitas num determinado contexto aquando da inauguração da creche "O Girassol", na Atalhada, Freguesia do Rosário, e só e apenas neste contexto é que se deverá fazer leituras políticas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

RESTAURANTE PORTO DOS CARNEIROS:

O membro Rui Ramos questionou se tem sido cumprido o pagamento das rendas do Restaurante Porto dos Carneiros, propriedade deste Município.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que se encontram em falta o pagamento de duas rendas do Restaurante Porto dos Carneiros e verificando-se o incumprimento do pagamento da terceira renda, será ordenado a instauração de um processo de acção de despejo.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

PERÍODO ORDEM DO DIA:

PONTO Nº 1 – INFORMAÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE A ACTIVIDADE CAMARÁRIA:

O Senhor Presidente da Assembleia apresentou a informação escrita do Presidente da Câmara acerca da actividade do Município, bem como a informação da situação financeira, documentos que foram enviados a todos os membros da Assembleia Municipal.

Sobre os vários pontos da informação apresentada o membro Paulo Jorge Borges referiu o seguinte:

- Expolab – Solicitou esclarecimentos;

- Encerramento do Projecto Ciência Divertida - Congratulou o Senhor Presidente da Câmara em apostar neste projecto ligado à Educação;
- Inauguração do Posto de Turismo de Lagoa – Comentou que no início das obras pensou que iriam destruir o edifício existente;
- Suinicultura de Humberto Silva – Comentou que continuam os maus cheiros e questionou em que situação se encontra o processo e que diligências foram tomadas;
- Atribuição da Medalha de Mérito Municipal ao Padre João Martins Furtado – Comentou que, em sua opinião, não concorda com a atribuição de medalhas aos Padres, uma vez que os mesmos exercem a sua própria missão. Salientou que não é contra os Padres;
- Inauguração da Obra de Ampliação da Escola EB/JI Dr. Francisco Machado de Faria e Maia – Em sua opinião, aquela ampliação não se enquadra com o Edifício existente, uma vez que se tratava de um edifício de linhas sóbrias;
- Inauguração do Monumento em Memória dos Pescadores Desaparecidos no Mar – Expôs que quando viu o monumento ficou triste. Em sua opinião, os Pescadores que perderam a sua vida no mar mereciam melhor.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que sobre o Expolab houve uma reunião, mas não houve grandes desenvolvimentos. Visitaram as instalações do Expolab, que são excelentes, e que já está preparado para ser aberto ao público, estando apenas por definir o modelo de gestão daquele espaço. Em relação à Suinicultura do Senhor Humberto Silva, informou que a convite da empresa efectuou um visita ao local acompanhado pelo Médico Veterinário e pela Presidente da Junta de Freguesia do Cabouco, onde verificarem in loco as obras efectuadas, num investimento superior a meio milhão de euros, que consistiu na construção de uma ETAR, através de uma sistema de lagoas, e que na altura a mesma estava a funcionar e os cheiros no ar eram residuais, por isso não acredita que os maus cheiros, que continuam a se fazer sentir no Concelho, sejam provenientes daquela instalação. Em relação a este assunto, informou ainda, que numa reunião realizada com o Delegado de Saúde de Lagoa já comunicou o problema.

Relativamente ao Monumento em Memória dos Pescadores Desaparecidos no Mar referiu que o mesmo foi oferecido por um grupo de Emigrantes radicados em Montreal, no Canadá.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e não havendo intervenções passou-se ao ponto seguinte.

PONTO Nº 2 – PROPOSTA - LANÇAMENTO DE DERRAMA:

Foi presente pela Câmara Municipal a proposta apresentada pelo Senhor Presidente em reunião Camarária, sobre o lançamento anual de derrama, cujo teor abaixo se transcreve:

“Considerando que no ano de 2007, a Assembleia Municipal de Lagoa fixou o lançamento anual de derrama de 1,5%;

Considerando que, o Concelho de Lagoa tem evidenciado um crescimento ao nível do número de empresas nos últimos cinco anos, que se apresentou acima da média regional;

Considerando que, é objectivo da Câmara Municipal melhorar a competitividade e a economia no âmbito do sector empresarial, criando, para tal, condições adequadas à fixação de mais empresas e respostas às expectativas dos empresários;

Considerando que, é o objectivo da Câmara Municipal de Lagoa continuar a incentivar a actividade comercial, turística e industrial da grande maioria das empresas do Concelho, bem como criar condições para a criação de novas empresas e postos de trabalho;

Proponho à Câmara Municipal, para ser presente à Assembleia Municipal, que:

a) De acordo com o preconizado no nº 1 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, delibere o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território;

b) Que nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei acima mencionada, delibere lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00.”

O membro Rui Ramos congratulou a proposta apresentada pela Câmara Municipal com uma alteração fiscal. Referiu que, finalmente, o Executivo Camarário começa a dar razão aos Membros da Oposição com um dos pontos que defendem, trazer mais investimento para o Concelho de Lagoa com novas políticas fiscais.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que esta era a altura certa. As zonas Industriais do Concelho de Lagoa estão servidas com melhores acessibilidades.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Autorizar o lançamento anual de derrama de 0,95% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas colectivas (IRC), que corresponda à proporção do rendimento gerado nesta área geográfica por sujeitos passivos residentes em território português que exerçam, a título principal, uma actividade de natureza comercial, industrial ou agrícola e não residentes com estabelecimento estável neste território, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Autorizar lançar uma taxa reduzida de derrama de 0,50% para os sujeitos passivos com um volume de negócios no ano anterior que não ultrapasse €150.000,00, nos termos do nº 4 do artigo 14º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro, nos termos da alínea f) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

3º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 3 – PROPOSTA – IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS – IMI:

Em 12 de Novembro de 2003, foi publicado o Decreto-Lei nº 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

Pela Câmara Municipal foi presente o processo para, de acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto – Lei, a Assembleia Municipal fixar a taxa a aplicar em 2009, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº1 do citado artigo.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, referiu que o IMI é uma fonte de receita importante para os Municípios. Qualquer redução tem um impacto directo na actividade do Município e esta é uma receita que não se pode dispensar.

Este ano, as receitas arrecadadas pelo Município estão aquém das receitas arrecadadas no ano anterior. O Governo da República impõe aos Municípios a redução de 0,8 para 0,7 para os prédios urbanos.

O membro Rui Ramos apresentou uma proposta que abaixo se transcreve, em nome dos membros: Paulo Jorge Borges; Maria Manuela Correia; Rui Alberto Cabral Borges; Leonel da Rosa da Silveira; António Augusto Borges e Rui Ramos:

“Proposta – Imposto Municipal sobre Imóveis:

Em 12 de Novembro de 2003, foi publicado o Decreto - Lei nº 287/2003, que procede à Reforma da Tributação do Património, aprovando os novos códigos do imposto municipal sobre imóveis (CIMI) e do imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (CIMT).

De acordo com o nº 4 do artigo 112º do referido Decreto – Lei, os Municípios, mediante deliberação da Assembleia Municipal, fixam a taxa a aplicar em cada ano, dentro dos intervalos previstos nas alíneas b) e c) do nº1 do citado artigo.

Sobre este assunto:

1) Propomos à Assembleia Municipal a afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, a aplicar em 2009 nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,6%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,2%;

2) Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.”

A membro Maria Manuela Correia referiu que os membros do PSD de Lagoa propõem uma redução do IMI para os Prédios urbanos em 0,6 e para os Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI em 0,2%, de forma a tornar o Concelho de Lagoa convidativo e incentivando outras pessoas a virem viver para o Concelho. Uma redução no IMI seria um convite para vir viver na Lagoa.

O membro André Almeida comentou que o Concelho de Lagoa é o mais pequeno da Ilha de São Miguel e de acordo com os actuais instrumentos de ordenamento do território não há muito espaço para construir no Concelho de Lagoa.

O membro Rui Ramos defendeu que a redução que apresentam irá tornar o Concelho mais competitivo e mais apetecível. Terá que haver alguns cuidados ambientais, mas o crescimento da população traria no futuro mais receita para o Concelho, o que significa que esta redução seria temporária. Apresentam uma proposta com uma redução de 0,1% que poderá originar um aumento de receita, porque mais famílias podem vir viver para o Concelho de Lagoa.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, esclareceu que a descida de 0,1 % tem um impacto directo na redução em 1/3 neste tipo de receita. Tem de gerir a Câmara Municipal com as receitas que o Município pode arrecadar. A Autarquia não pode abdicar desta receita.

O membro Rui Ramos referiu que tem que ser feita uma boa gestão das receitas do Município e seleccionar o que pode ser dispensável.

A membro Maria Manuela Correia referiu que o direito à habitação é um direito constitucional e básico. Em sua opinião, este imposto é injusto e pesado para a classe média da nossa Sociedade.

O Senhor Presidente da Assembleia Municipal procedeu à leitura da proposta – Imposto Municipal sobre Imóveis, apresentada pelos membros do Grupo do PSD.

Sobre o assunto, a Assembleia Municipal deliberou, por maioria, com os votos contra dos membros: Leonel da Rosa da Silveira; Paulo Jorge Borges; Maria Manuela Correia; Rui Ramos e Rui Alberto Borges e com a abstenção do membro António Augusto Borges dos vinte e um membros presentes:

1º A afixação das taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis a aplicar em 2009, nos seguintes valores:

b) Prédios urbanos 0,7%;

c) Prédios urbanos avaliados, nos termos do CIMI 0,3%;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 4 – PROPOSTA – TAXA MUNICIPAL DE DIREITOS DE PASSAGEM (TMDP):

A Lei nº 5/2004, de 10 de Fevereiro (que aprova a Lei das Comunicações Electrónicas), prevê a possibilidade dos Municípios estabelecerem uma taxa municipal de direito de passagem (TMDP).

De acordo com a alínea b), do nº 2, do art. 106º da referida lei, a taxa deverá ser aprovada anualmente por cada Município até ao fim do mês de Dezembro do ano anterior a que se destina a sua vigência e não pode ultrapassar os 0,25%.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com as abstenções dos membros Paulo Jorge Borges e Rui Ramos, dos vinte e um membros presentes:

1º A afixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) a aplicar para o ano de 2009, em 0,25%;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 5 – PROPOSTA – ALTERAÇÃO DO REGULAMENTO DE RESÍDUOS SÓLIDOS URBANOS DO CONCELHO DE LAGOA – AÇORES:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de alteração do Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Lagoa – Açores, consubstanciando-se na alteração do artigo 48.º, com a seguinte redacção:

“Artigo 48.º

Tarifas

1. É devido o pagamento de uma tarifa, com valores definidos por deliberação camarária, pela recolha, transporte, armazenagem, tratamento, valorização e eliminação dos resíduos ao abrigo deste regulamento, da responsabilidade da Câmara Municipal de Lagoa (Açores);
2. Estão isentos do pagamento da taxa referida no número anterior os munícipes que comprovadamente optem pela gestão delegada dos referidos resíduos. Esta isenção será solicitada por carta dirigida ao Presidente da Câmara acompanhada das respectivas facturas que atestem a gestão delegada. As facturas terão de ser apresentadas semestralmente de forma a fazer comprovativo de que a gestão delegada ainda se mantém;
3. Estão igualmente isentos do pagamento desta tarifa todos os munícipes que não estejam abrangidos no circuito de recolha dos Resíduos Sólidos Urbanos, publicado em Edital;
4. Quem alegue que não produz Resíduos Sólidos Urbanos só ficará isento do pagamento da correspondente taxa se fizer comprovativo da efectiva não utilização dos serviços, nomeadamente através da solicitação de uma vistoria, realizada por comissão nomeada para o efeito, de forma a atestar que a actividade que desenvolve não é manifestamente produtora de tais resíduos. Novas vistorias serão semestralmente realizadas, sem prejuízo da realização tempestiva de outras em sede de fiscalização;

5. Quem não apresente consumos de água nos últimos 6 (seis) meses poderá igualmente solicitar, por carta dirigida ao Presidente da Câmara, a isenção do pagamento da Tarifa de Resíduos Sólidos Urbanos.”

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada de alteração ao Regulamento de Resíduos Sólidos Urbanos do Concelho de Lagoa – Açores, conforme previsto na alínea a) do nº 2 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na sua actual redacção;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 6 – PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE A INFORMAÇÃO FINANCEIRA SEMESTRAL:

Pela Câmara Municipal, foi presente o Parecer do Fiscal Único emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) - Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, sobre a Informação Financeira do semestre findo, em 30 de Junho de 2008, deste Município, incluída no Balanço e na Demonstração dos Resultados por natureza e na Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com o nº 3, do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro - Lei das Finanças Locais.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que este parecer resulta de uma imposição legal.

O membro Paulo Jorge Borges referiu que o Auditor Externo no futuro tem que emitir um Parecer mais esclarecedor.

A membro Manuela Correia questionou qual o valor que a Câmara Municipal suporta com o Auditor Externo.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que a Câmara Municipal tem uma prestação de serviços de Auditoria Externa com a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) Marques da Cunha, Arlindo Duarte e Associados, nomeada por deliberação da Assembleia Municipal, pelo valor de 10.500,00 euros, para o ano de 2008.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e apreciou o Parecer do Fiscal Único sobre a Informação Financeira semestral, remetido nos termos do nº 3 do artigo 48º da Lei nº 2/2007, de 15 de Janeiro – Lei das Finanças Locais.

PONTO Nº 7 - PROPOSTA - RECTIFICAÇÃO DA ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA DO POMBAL:

Pela Câmara Municipal foi presente a proposta de rectificação da alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal que abaixo se transcreve:

“A Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, em sua sessão ordinária de 20 de Junho do corrente ano, aprovou a proposta apresentada de alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal, com as seguintes áreas dos novos quatro lotes para habitação:

N.º Lote	Área Lote (m2)
48	1.782,30
49	2.010,80
50	2.270,70
51	2.540,10

Considerando que houve um lapso nas áreas dos referidos lotes, torna-se necessário rectificar as referidas áreas que passarão a ter os seguintes valores:

N.º Lote	Área Lote (m2)
48	712,93
49	804,31
50	908,28
51	1.016,45

”

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que houve um erro de escala, aquando do cálculo das áreas dos referidos lotes, obtendo-se valores superiores à realidade. Há necessidade de se proceder à sua rectificação e aprovação pela Assembleia Municipal, para posterior publicação.

O membro Leonel Rosa da Silveira comentou que há situações que se compreendem, mas erros desta natureza não são aceitáveis.

O membro Paulo Jorge Borges questionou se esta alteração acarreta custos adicionais.

O Senhor Presidente da Câmara, no uso da palavra, informou que terá de ser feita nova publicação com a rectificação das áreas.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou, por maioria, com a abstenção da membro Maria Manuela Correia, dos vinte e um membros presentes:

1º Aprovar a proposta apresentada de rectificação da alteração ao Plano de Pormenor da Zona do Pombal, nos termos do nº 1 do artigo 79º do Decreto-Lei nº

380/99, de 22 de Setembro, na redacção introduzida pelo Decreto-Lei nº 316/07, de 19 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 8 - MINUTA DE PROTOCOLO DE GEMINAÇÃO ENTRE A CIDADE DE TAUNTON, MASSACHUSETTS, E.U.A. E A VILA DE LAGOA, SÃO MIGUEL, AÇORES:

Pela Câmara Municipal, foi presente a Minuta de Protocolo de Geminação a celebrar entre a Cidade de Taunton, Massachusetts, EUA e a Vila de Lagoa, São Miguel, Açores que abaixo se transcreve:

"Com grande fé e amizade vêm estes dois Municípios internacionais, a Cidade de Taunton, Massachusetts nos Estados Unidos da América e o Município de Lagoa, Ilha de São Miguel, na Região Autónoma dos Açores, Portugal, geminarem-se como Municípios – Irmãos, em reconhecimento da longa e histórica amizade entre as duas populações, da cooperação entre os dois Municípios, dos intercâmbios culturais e educacionais, dos intercâmbios de ideias e oportunidades, da presença de centenas de luso-americanos de descendência Açoriana na Comunidade de Taunton e por todo o Condado de Bristol, incluindo muitos indivíduos naturais do Concelho de Lagoa.

Por todas estas razões vêm, por este meio, os mais altos representantes de cada Município, o ilustre Mayor de Taunton, Charles Crowley e o ilustre Presidente da Câmara Municipal de Lagoa, João Ponte, declarar que a partir do dia de hoje os dois Municípios serão Geminados e deverão continuar o seu labor mútuo de cooperação, intercâmbio cultural, educacional e económico, e irão comprometer-se em realizar as seguintes acções entre si:

Honrar este acordo e geminarem-se como Municípios - Irmãos;

Convidar dignitários dos Municípios – Irmãos para eventos de significativo valor cultural, económico e histórico, assim como para eventos comunitários, ocupando estes dignitários uma posição proeminente nos referidos eventos;

Convidar e incluir crianças, organizações, empresários, artesãos, músicos, Instituições de Solidariedade Social a participar em eventos públicos significativos e

apropriados como, exposições, concertos, cortejos, cerimónias, eventos religiosos e culturais;

Permutar arte, música, itens culturais livros e biografias, artefactos e produtos manufacturados nas respectivas Comunidades;

Renovar o Programa de Intercâmbio Escolar entre a Escola Secundária de Lagoa e a Taunton High School, e manter este programa para o futuro;

Perpetuar e Promover uma amizade duradoura entre as duas Comunidades e estabelecer laços de amizade entre as populações.

Pelas nossas mãos, aos ____ dias do mês de _____ de _____, Anno Domini.”

O membro Paulo Jorge Borges referiu que, mais uma vez, houve desrespeito por esta Assembleia Municipal. É competência da Assembleia Municipal autorizar a geminação do Município com outros Municípios e não se pode passar por cima das competências próprias da Assembleia Municipal. Aquando da ratificação do Protocolo de Geminção, outorgado entre o Município de Lagoa – Algarve e o Município de Lagoa – Açores, manifestou o seu desagrado e recomendou que situações como esta não voltassem a acontecer.

Acrescentou que não é contra a Geminção a celebrar entre a Cidade de Taunton, Massachusetts, EUA e esta Vila de Lagoa, mas sim contra o facto de se apresentar um Protocolo que já foi assinado, com a desculpa de ter sido assinado um Protocolo de Intenção de Geminção. Foi um desrespeito total por esta Assembleia e torna-se mais grave por ser pela segunda vez consecutiva.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, referiu que prestou esclarecimentos sobre o assunto em reunião de Câmara e não tem mais nada a acrescentar.

Ausentam-se da sala, em sinal de protesto os membros: Paulo Jorge Borges; Maria Manuela Correia e Rui Ramos. Ausentou-se em simultâneo o membro António Varão.

A Assembleia Municipal deliberou, por unanimidade, dos dezassete membros presentes:

1º Autorizar a Geminção entre a Cidade de Taunton, Massachusetts, EUA e a Vila de Lagoa, São Miguel, Açores, nos termos do Protocolo acima transcrito e de acordo com a alínea d) do nº 4 do artigo 53º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PONTO Nº 9 - PARECER DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES SOBRE A PROPOSTA DE LEI QUE ALTERA AS TAXAS E OS PRAZOS DE ISENÇÃO PREVISTO NO CÓDIGO DO IMI:

Pela Câmara Municipal, foi presente o parecer emitido pela Associação Nacional de Municípios Portugueses, sobre a Proposta de Lei que altera as taxas e os prazos de isenção previsto no Código do IMI, tendo a Câmara Municipal em sua reunião de 11 de Agosto do ano em curso deliberado, por unanimidade, subscrever o referido parecer e dar conhecimento do facto à Assembleia Municipal e às Juntas de Freguesias do Concelho.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento do referido parecer.

PONTO Nº 10 – OUTROS:

Conforme distribuído por todos os membros da Assembleia Municipal, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal propôs a alteração à Agenda de Trabalhos com a introdução dos seguintes assuntos:

- Proposta – Rectificação de Áreas dos Terrenos para Aumento do Capital Social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., Através da Entrada em Espécie;
- Proposta de Divisão de Encargos do Concurso Público “Beneficiação de Estradas Municipais na Zona Histórica da Freguesia do Rosário” (Remodelação de Vários Troços de Estradas Municipais).

A Assembleia Municipal tomou conhecimento e deliberou por unanimidade, concordar com a introdução dos referidos assuntos.

PROPOSTA – RECTIFICAÇÃO DE ÁREAS DOS TERRENOS PARA AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA EML - EMPRESA MUNICIPAL DE URBANIZAÇÃO, REQUALIFICAÇÃO URBANA E AMBIENTAL E HABITAÇÃO SOCIAL DA LAGOA, E.M., ATRAVÉS DA ENTRADA EM ESPÉCIE

Foi presente pela Câmara Municipal, a proposta apresentada pelo Senhor Presidente, em reunião Camarária, sobre a rectificação das áreas dos terrenos para

Aumento do Capital Social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através da Entrada em Espécie que abaixo se transcreve:

"Considerando que aquando da apresentação da Proposta para o Aumento do Capital Social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através da Entrada em Espécie, dos prédios pelo valor de 1.628.451,00 euros (um milhão seiscentos vinte oito mil quatrocentos e cinquenta e um euros) em reunião Camarária de 10 de Dezembro de 2007 e na sessão da Assembleia Municipal de 28 de Dezembro de 2007, estavam a decorrer junto da Direcção de Serviços de Cartografia e Informação Geográfica – Divisão de Informação Cadastral a actualização de áreas de alguns dos terrenos, incluídos naquela relação;

Considerando que para a elaboração da Escritura Pública de Aumento do Capital Social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através da Entrada em Espécie é exigido pelo Notário Público a deliberação com as áreas devidamente rectificadas;

Proponho à Câmara Municipal para ser presente à Assembleia Municipal a rectificação das áreas dos terrenos para Aumento do Capital Social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através da Entrada em Espécie que foram sujeitos a alteração por parte daqueles Serviços que abaixo se indicam:

- N.º 5, secção P com uma área de 1.684 m², passou para o N.º 200, secção P com uma área de 1.440 m²;
- N.º 58, secção O com uma área de 530 m² e N.º 101, secção O com uma área de 500 m² (foram eliminados) dando origem ao artigo N.º 210, secção O com uma área de 2.060 m², sendo pertença do Município ½ - 1.030 m²;
- N.º 76, secção O com uma área de 1.130 m², passou para o N.º 195, secção O com uma área de 1.120 m²;
- N.º 77, secção O com uma área de 1.060 m², passou para o N.º 194, secção O com uma área de 900 m²;
- N.º 78, secção O com uma área de 1.605 m², passou para o N.º 193, secção O com uma área de 1.640 m²;
- N.º 79, secção O com uma área de 1.557 m² (retirado, aguarda a conclusão do processo de cadastro);

- N.º 189, secção O com uma área de 8.400m², passou para N.º 189, secção P com uma área de 8.400m².

Face às alterações efectuadas, a transmissão a título de Entrada de Capital em Espécie, para Aumento do Capital Social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., do direito de propriedade, passam a ser sobre os seguintes prédios:

- 1) "N.º 4, secção P com uma área de 2.500 m²"
- 2) "N.º 200, secção P com uma área de 1.440 m²"
- 3) "N.º 19, secção P com uma área de 1.340 m²"
- 4) "N.º 21, secção P com uma área de 1.380 m²"
- 5) "N.º 22, secção P com uma área de 1.340 m²"
- 6) "N.º 23, secção P com uma área de 3.820 m²"
- 7) "N.º 35, secção O com uma área de 3.220 m²"
- 8) "N.º 51, secção O com uma área de 2.760 m²"
- 9) "N.º 52, secção O com uma área de 1.000 m²"
- 10) "N.º 53, Secção O com uma área de 1.020 m²"
- 11) "N.º 54, secção O com uma área de 2.600 m²"
- 12) "N.º 55, secção O com uma área de 1.800 m²"
- 13) "N.º 56, secção O com uma área de 1.160 m²"
- 14) "N.º 60, secção O com uma área de 2.780 m²"
- 15) "N.º 61, secção O com uma área de 880 m²"
- 16) "N.º 62, secção O com uma área de 920 m²"
- 17) "N.º 63, secção O com uma área de 800 m²"
- 18) "N.º 64, secção O com uma área de 800 m²"
- 19) "N.º 65, secção O com uma área de 3.060 m²"
- 20) "N.º 66, secção O com uma área de 3.100 m²"
- 21) "N.º 67, secção O com uma área de 1.780 m²"
- 22) "N.º 68, secção O com uma área de 5.560 m²"
- 23) "N.º 69, secção O com uma área de 3.180 m²"
- 24) "N.º 71, secção O com uma área de 4.180 m²"
- 25) "N.º 72, secção O com uma área de 2.960 m²"
- 26) "N.º 74, secção O com uma área de 4.180 m²"
- 27) "N.º 75, secção O com uma área de 2.840 m²"
- 28) "N.º 195, secção O com uma área de 1.120 m²"

- 29) "N.º 194, secção O com uma área de 900 m²"
- 30) "N.º 193, secção O com uma área de 1.640 m²"
- 31) "N.º 85, secção O com uma área de 3.720 m²"
- 32) "N.º 86, secção O com uma área de 2.480 m²"
- 33) "N.º 89, secção O com uma área de 1.800 m²"
- 34) "N.º 90, secção O com uma área de 5.000 m²"
- 35) "N.º 91, secção O com uma área de 3.980 m²"
- 36) "N.º 93, secção O com uma área de 1.300 m²"
- 37) "N.º 94, secção O com uma área de 1.280 m²"
- 38) "N.º 95, secção O com uma área de 540 m²"
- 39) "N.º 96, secção O com uma área de 640 m²"
- 40) "N.º 99, secção O com uma área de 1.080 m²"
- 41) "N.º 100, secção O com uma área de 2.200 m²"
- 42) "N.º 210, secção O com uma área de 1.030 m²"
- 43) "N.º 102, secção O com uma área de 1.520 m²"
- 44) "N.º 103, secção O com uma área de 3.260 m²"
- 45) "N.º 106, secção O com uma área de 720 m²"
- 46) "N.º 107, secção O com uma área de 680 m²"
- 47) "N.º 109, secção O com uma área de 4.320 m²"
- 48) "N.º 110, secção O com uma área de 5.900 m²"
- 49) "N.º 116, secção O com uma área de 2.780 m²"
- 50) "N.º 189, secção P com uma área de 8.400m²"."

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, dos vinte e um membros presentes, com a abstenção do membro Paulo Jorge Borges:

1º Aprovar a proposta de rectificação das áreas dos terrenos para Aumento do Capital Social da EML - Empresa Municipal de Urbanização, Requalificação Urbana e Ambiental e Habitação Social da Lagoa, E.M., através da Entrada em Espécie, dos prédios acima identificados;

2º Aprovar esta deliberação em minuta para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

**PROPOSTA DE DIVISÃO DE ENCARGOS DO CONCURSO PÚBLICO
"BENEFICIAÇÃO DE ESTRADAS MUNICIPAIS NA ZONA HISTÓRICA DA
FREGUESIA DO ROSÁRIO" (REMODELAÇÃO DE VÁRIOS TROÇOS DE
ESTRADAS MUNICIPAIS):**

Pela Câmara Municipal, foi presente a proposta de divisão de encargos financeiros da obra de "Beneficiação de Estradas Municipais na Zona Histórica da Freguesia do Rosário" (Remodelação de Vários Troços de Estradas Municipais), em 2 anos económicos, cujo teor abaixo se transcreve:

"No passado dia 02 de Setembro do ano em curso, teve lugar o acto público da abertura das propostas para a execução da empreitada de "Beneficiação de Estradas Municipais na Zona Histórica da freguesia do Rosário" (Remodelação de Vários Troços de Estradas Municipais), com o preço base de 195.000,00 € mais IVA;

No Relatório de Análise das Propostas, a Comissão de Análise sugere a adjudicação da referida empreitada à firma A. R. Casanova pelo valor de 185.825,81 €, acrescido do IVA à taxa de 4%, totalizando 193.258,85 €;

Considerando que a empreitada em apreço tem um prazo de execução de 6 meses;
Considerando que a execução física da obra irá decorrer, quer no corrente ano, quer no próximo ano, se mostra necessário, de acordo com a calendarização previsível da mesma e do respectivo cronograma financeiro, proceder à divisão dos respectivos encargos financeiros, em 2 anos económicos, designadamente:

2008 - 44.917,74 € com IVA (2 meses)

2009 -148.341,11 € com IVA (4 meses)."

A Assembleia Municipal deliberou, por maioria, dos vinte e um membros presentes, com a abstenção do membro Paulo Jorge Borges:

1º Aprovar a proposta apresentada da divisão de encargos financeiros da obra de "Beneficiação de Estradas Municipais na Zona Histórica da Freguesia do Rosário" (Remodelação de Vários Troços de Estradas Municipais), em 2 anos económicos;

2º Aprovar em minuta esta deliberação para efeitos de execução imediata, de acordo com o que dispõe o nº 3 do artigo 92º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro.

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

O Senhor Presidente da Assembleia abriu o período de intervenção do público e passou a palavra ao Senhor José Fernando Carneiro Sousa.

No uso da palavra, o Senhor José Fernando Carneiro Sousa elogiou a postura do Senhor Presidente da Câmara em relação ao loteamento da Longueira e acrescentou que tem que ter a mesma postura em todos os processos. Referiu que todos os membros deste Órgão já sabem qual a razão da sua presença nesta sessão da Assembleia Municipal, o funcionamento do Armazém de Gás, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco. Informou que a vistoria que foi feita ao Armazém de Gás, sito à Travessa do Padre João Furtado Pacheco não foi correcta. Numa acta da Assembleia Municipal está registado numa das suas intervenções "conforme previsto no artigo 20º - Medidas cautelares, do Decreto-Lei nº 124/97, de 23 de Maio". Ora, o artigo 20º - Medidas cautelares, a que se referiu foi do Decreto-Lei nº 267/2002, de 26 de Novembro.

O membro Rui Ramos questionou sobre a situação da família que o Senhor José Fernando Carneiro Sousa apresentou documentos na penúltima sessão da Assembleia Municipal, referentes aos prejuízos com os estragos provocados pelo tornado de 18 de Dezembro de 2006.

Referiu que, no último Boletim Municipal, não foi feita referência ao Voto de Pesar pelo falecimento do Mestre Jaime Dinis Medeiros Andrade apresentado pelo PSD/Lagoa e aprovado nesta Assembleia Municipal.

Expôs que tomou conhecimento da situação de uma família que vive no Portinho de São Pedro que lhe tinha sido comunicado que a casa do lado não ia ser demolida, o que lhes garantia mais segurança. Questionou se a Câmara está na disposição de permutar com outra habitação de forma a garantir segurança aos idosos, sendo uma preocupação desta Câmara Municipal os idosos do Concelho.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que sobre os documentos apresentados do Senhor Hélder Martins, na altura, foram apresentadas candidaturas e atribuídos os subsídios para indemnizar estragos, às pessoas afectadas pelo tornado de 18 de Dezembro de 2006 e não existe nenhum processo em nome do Senhor Hélder Martins. A Câmara efectuou todos os pagamentos a quem apresentou a sua candidatura e aquele Senhor não entregou qualquer pedido na Câmara Municipal. O Prazo das candidaturas foi bastante

alargado e, passado todo este tempo, já não há qualquer possibilidade de indemnizar o Senhor Hélder Martins.

Sobre as publicações no Boletim Municipal, o Senhor Presidente da Câmara referiu que o mesmo é feito com base nas notas de imprensa e do portal da Câmara Municipal, mas fica o compromisso de publicar na próxima oportunidade.

Relativamente à família que vive no Portinho de São Pedro, já tiveram a oportunidade de sair daquela habitação e não saíram, agora não há hipótese de fazer uma permuta. O que poderá ser feito naquele local é uma limpeza.

Ainda sobre a família que vive no Portinho de São Pedro, o membro Rui Ramos referiu que aquela família não aceitou, porque efectuou melhorias naquela habitação e que ficava em desvantagem perante as outras pessoas que não tinham moradia, porque iriam pagar renda igual às outras pessoas.

O Senhor Rui Câmara Vieira referiu que se encontra nesta sessão como um cidadão comum, sem qualquer ligação partidária, no sentido de colaborar com a Autarquia. Numa sessão desta Assembleia Municipal, apresentou várias sugestões, que eram plausíveis e lamenta que nenhuma tenha sido aceite e concretizada.

Em relação ao caso aqui apresentado da Suinicultura no Cabouco, aconselha que a Câmara Municipal faça uma vistoria num domingo à noite e acompanhada dos vigilantes da natureza.

Questionou para quando teriam início as obras da Ermida de Nossa Senhora do Cabo, na freguesia de Santa Cruz. Perguntou se vai acontecer àquela Ermida o que já aconteceu a várias outras, atendendo que já se verifica falta de azulejos.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que na próxima semana vão dar início aos trabalhos de beneficiação da Ermida de Nossa Senhora do Cabo.

O Senhor Rui Câmara Vieira sugeriu que a Câmara Municipal deveria afixar uma placa identificativa na casa, onde funcionaram os Primeiros Paços do Concelho de Lagoa.

Questionou se a Câmara está a diligenciar, no Fisher, uma saída nascente/poente e referiu porque não uma Praça de Táxis junto ao Modelo.

Comentou que, daqui a uns anos, a Câmara Municipal vai ter problemas ambientais, junto à Igreja de Santa Cruz devido aos dois Metrosíderos que se encontram plantados em frente à Igreja de Santa Cruz.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que os mesmos vão ser podados regularmente para evitar o seu crescimento.

Mais referiu o Senhor Rui Câmara Vieira que se fala que esta Câmara Municipal vai alargar os passeios no Centro da Freguesia do Rosário. Questionou se ouviram os comerciantes e moradores daquela zona. Acrescentou que comércio tradicional vive actualmente com imensas dificuldades e que impedimento de circulação do trânsito vai agravar e provocar o fecho do comércio tradicional.

O Senhor Presidente da Câmara Municipal, no uso da palavra, informou que houve reuniões com os comerciantes por parte do Vereador Durval Faria e as obras, para além de melhorar as condições de segurança dos transeuntes vão contribuir para revitalizar o comércio local.

O Senhor Rui Câmara Vieira convidou todos os presentes a participar, no próximo dia 3, pelas 21h30, no concerto "A Magia dos Sons" na Igreja de Santo António, em Santa Cruz, na Lagoa. Trata-se de um concerto promovido pelo recém-criado Instituto Cultural Padre João José Tavares e que será protagonizado pelo compositor Horácio Manuel Carvalho de Medeiros.

A Assembleia Municipal tomou conhecimento.

Sem mais assuntos a tratar, sendo vinte e duas horas e trinta minutos, foi dada por encerrada esta sessão pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e para constar foi lavrada a presente acta, que depois de lida e aprovada será assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE DA ASSEMBLEIA

O PRIMEIRO SECRETÁRIO

O SEGUNDO SECRETÁRIO
